



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35014.259235/2020-93

Interessado: Banco BMG S/A, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, AUREA MARIA DOS SANTOS

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 07
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 21:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



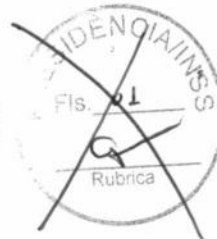
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1842592** e o código CRC **E08FDCD3**.

Referência: Processo nº 35014.259235/2020-93

SEI nº 1842592

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

Ofício nº. 65/2019

INSS/PRESIDÊNCIA
COMANDO N.º
479.845.325

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul
Brasília - DF

Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008**

Número do processo: 0700629-04.2018.8.07.0010

Classe judicial: **RECURSO INOMINADO (460)**

RECORRENTE: BANCO BMG SA

RECORRIDO: AUREA MARIA DOS SANTOS

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) RECURSO INOMINADO (460) em epígrafe, em que são partes: **RECORRENTE: BANCO BMG SA - CNPJ: 61.186.680/0001-74 e RECORRIDO: AUREA MARIA DOS SANTOS - CPF: 334.324.491-00 (RECORRIDO)**

Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Atenciosamente,

PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES

Diretora de Secretaria

2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



Número do documento: 19021113500923800000007053921

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021113500923800000007053921>

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 11/02/2019 13:50:09

Num. 7209541 - Pág. 1



11/02/2019

Número: **0700629-04.2018.8.07.0010**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **02/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 20.845,02**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0700629-04.2018.8.07.0010**

Assuntos: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

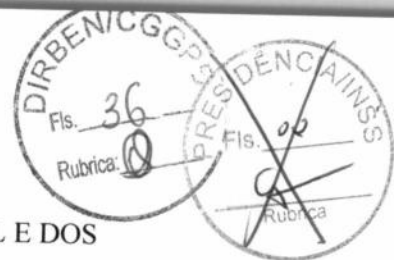
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
BANCO BMG SA (RECORRENTE)	
	MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (ADVOGADO) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO)
AUREA MARIA DOS SANTOS (RECORRIDO)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7209541	11/02/2019 13:50	Ofício	Ofício

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0700629-04.2018.8.07.0010

RECORRENTE(S) BANCO BMG SA

RECORRIDO(S) AUREA MARIA DOS SANTOS

Relator Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Acórdão N° 1143407

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA REJEITADA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO PARCIAL SUSCITADA DE OFÍCIO. ACOLHIDA. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE O CONTRATO PRETENDIDO E O CELEBRADO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. NOVAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO CONSENTIMENTO DA CONSUMIDORA. NULIDADE. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR RECEBIDO E EFETIVAMENTE PAGO PELO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

- 1. Prejudicial de decadência:** a autora busca na presente demanda o reconhecimento de nulidade ou, subsidiariamente, a revisão, de cláusulas em contrato de trato sucessivo, razão pela qual não há que se falar na incidência de decadência por vício do serviço estabelecida no CDC. **Prejudicial rejeitada.**
- 2. Preliminar de prescrição parcial.** A pretensão da autora de reaver valores descontados do seu benefício previdenciário decorrente dos contratos 2545541, 8146499, 9683433, 11669843 (a partir de 01/06/2008) encontra-se parcialmente prescrita, nos termos do art. 206, § 3º, IV, do CPC, uma vez que a presente demanda só foi proposta em 26/02/2018. Assim, resta a análise de restituição apenas dos valores descontados 3 anos antes da propositura da presente demanda, ou seja, de 26/02/2015. **Preliminar acolhida.**
- 3. Mérito.** Inicialmente, resalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, eis que autora e réu se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor (arts. 2º e 3º do CDC), devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.



Número do documento: 18121417431294800000006519858

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18121417431294800000006519858>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 14/12/2018 17:43:13

Num. 6661506 - Pág. 1

Processo 0700629-04.2018.8.07.0010 (1842577)

SEI 35014.259235/2020-93 / pg. 5



11/02/2019

Número: **0700629-04.2018.8.07.0010**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **02/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 20.845,02**

Relator: **JOAO LUIS FISCHER DIAS**

Processo referência: **0700629-04.2018.8.07.0010**

Assuntos: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
BANCO BMG SA (RECORRENTE)	
	MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (ADVOGADO) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO)
AUREA MARIA DOS SANTOS (RECORRIDO)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6661506	14/12/2018 17:43	Acórdão	Acórdão

4. Colhendo-se as alegações da inicial (ID 4621283, p.2/3) e da contestação (ID 4621299, p. 5/6), restou incontroversa a existência de relação jurídica entre as partes, cabendo a apreciação da validade do vínculo e a legitimidade dos descontos realizados no benefício previdenciário da autora.

5. Com efeito, o réu não juntou aos autos qualquer instrumento contratual que comprovasse o tipo de contrato firmado, o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo.

6. Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha de pagamento seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente o empréstimo ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora.

7. Portanto, tenho que, *in casu*, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e ao art. 46, ambos do CDC.

8. Consigne-se, todavia, que restou comprovada nos autos a utilização do cartão pela autora (ID 4621305, p. 3/4), de modo que devem ser mantidos os contratos quanto a este ponto. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos apenas na parte relativa ao empréstimo, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

9. Ressalte-se, ainda, que ficou evidenciado na fatura do cartão que houve saques complementares (ID 4621305, p. 1 e p. 19/21), caracterizando novações cujo consentimento da consumidora e as novas condições pactuadas não restaram comprovados nos autos, devendo as mesmas também ser consideradas nula.

10. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente utilizado pela autora. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do CC.

11. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade parcial dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (observando-se a prescrição pronunciada), na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais

12. Ao revés, o valor pago a maior pela consumidora, se houve, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

13. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. **Prejudicial de mérito rejeitada. Preliminar de prescrição parcial acolhida.** Sentença reformada para: a) declarar a nulidade parcial dos contratos nº 2545541, 8146499, 9683433 e 11669843 celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV do CDC; b) determinar a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade parcial dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (atendida a prescrição pronunciada), na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pela consumidora (atendida a prescrição pronunciada). Mantidos os demais termos.



14. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

15. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

16. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. PRELIMINAR DE MÉRITO REJEITADA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 12 de Dezembro de 2018

Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Relator

RELATÓRIO

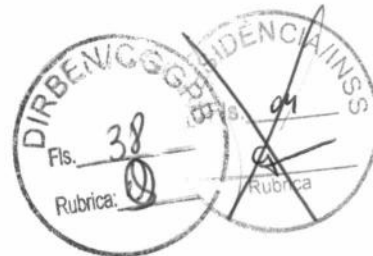
Trata-se de recurso inominado interposto pelo réu contra a sentença que AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO e NULIDADE CONTRATUAL c/c RESTITUIÇÃO DE VALORES, proposta por AUREA MARIA DOS SANTOS, julgou procedente em parte os pedidos iniciais para: a) Declarar a nulidade do contrato relacionado ao cartão de crédito número 5259.0658.6461.3115, de titularidade da requerente, com fundamento no artigo 51, IV, do CDC; b) Condenar o requerido a restituir à requerente R\$ 831,66, já considerada a dobra; c) Determinar ao requerido, que se abstenha de realizar novos descontos relacionados ao contrato ora resolvido, sob pena de multa a ser arbitrada por este juízo em caso de descumprimento.

Alega, em preliminar, a decadência do direito autoral. No mérito, aduz a inexistência de conduta antijurídica de sua parte. Argumenta que as faturas foram enviadas para o endereço fornecido pela autora, não podendo esta alegar o seu não recebimento. Defende a obrigatoriedade dos contratos tal como firmados e a impossibilidade de restituição de valores.

Contrarrazões apresentadas (ID 4621328).

É o relatório.





VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

1. Prejudicial de decadência

A autora busca na presente demanda o reconhecimento de nulidade ou, subsidiariamente, a revisão, de cláusulas em contrato de trato sucessivo, razão pela qual não há que se falar na incidência de decadência por vício do serviço estabelecida no CDC.

Prejudicial rejeitada.

2. Preliminar de prescrição parcial

A pretensão da autora de reaver valores descontados do seu benefício previdenciário decorrente dos contratos 2545541, 8146499, 9683433, 11669843 (a partir de 01/06/2008) encontra-se parcialmente prescrita, nos termos do art. 206, § 3º, IV, do CPC, uma vez que a presente demanda só foi proposta em 26/02/2018. Assim, resta a análise de restituição apenas dos valores descontados 3 anos antes da propositura da presente demanda, ou seja, de 26/02/2015.

Preliminar acolhida.

3. Mérito

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, eis que autora e réu se amoldam aos conceitos de consumidor e fornecedor (arts. 2º e 3º do CDC), devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Colhendo-se as alegações da inicial (ID 4621283, p.2/3) e da contestação (ID 4621299, p. 5/6), restou incontroversa a existência de relação jurídica entre as partes, cabendo a apreciação da validade do vínculo e a legitimidade dos descontos realizados no benefício previdenciário da autora.

Com efeito, o réu não juntou aos autos qualquer instrumento contratual que comprovasse o tipo de contrato firmado, o valor e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo.



Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha de pagamento seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente o empréstimo ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pela consumidora.

Portanto, tenho que, *in casu*, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento dos contratos, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e ao art. 46, ambos do CDC.

Consigne-se, todavia, que restou comprovada nos autos a utilização do cartão pela autora (ID 4621305, p. 3/4), de modo que devem ser mantidos os contratos quanto a este ponto. Assim, forçoso reconhecer a nulidade dos contratos apenas na parte relativa ao empréstimo, nos termos do art. 51, IV, do CDC.

Ressalte-se, ainda, que ficou evidenciado na fatura do cartão que houve saques complementares (ID 4621305, p. 1 e p. 19/21), caracterizando novações cujo consentimento da consumidora e as novas condições pactuadas não restaram comprovados nos autos, devendo as mesmas também ser consideradas nula.

No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente utilizado pela autora. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa, prática vedada pelo art. 884 do CC.

Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte da autora, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade parcial dos contratos e os valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (observando-se a prescrição pronunciada), na forma simples.

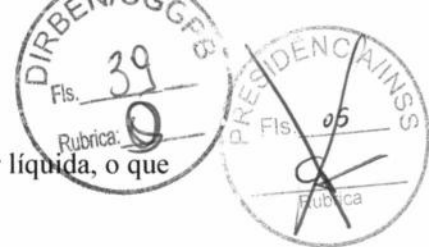
No sentido acima, colaciono precedentes das Turmas Recursais: Acórdão n.1117921, 07007674120188070019, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 17/08/2018, Publicado no DJE: 04/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: SANTO HELENO DE SA versus BANCO BMG S.A. Acórdão n.1120325, 07137793420188070016, Relator: CARLOS ALBERTO MARTINS FILHO 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 29/08/2018, Publicado no DJE: 05/09/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada Partes: PEDRO BORGES DOS SANTOS FILHO versus BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

Ao revés, o valor pago a maior pela consumidora, se houve, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.

Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. **Prejudicial de mérito rejeitada. Preliminar de prescrição parcial acolhida.** Sentença reformada para: a) declarar a nulidade parcial dos contratos nº 2545541, 8146499, 9683433 e 11669843 celebrados entre as partes, nos termos do art. 51, IV do CDC; b) determinar a devolução, pela consumidora, da diferença, se houver, entre os valores efetivamente cobrados até a data da declaração de nulidade parcial dos contratos e o valores comprovadamente disponibilizados pelo banco (atendida a prescrição pronunciada), na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, valores, se houver, que tenham sido pagos a maior pela consumidora (atendida a prescrição pronunciada). Mantidos os demais termos.



Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.



Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES N° 28/2008.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, à míngua de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. PRELIMINAR DE MÉRITO REJEITADA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME.





11/02/2019

Número: **0700629-04.2018.8.07.0010**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **02/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 20.845,02**

Relator: JOAO LUIS FISCHER DIAS

Processo referência: **0700629-04.2018.8.07.0010**

Assuntos: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
BANCO BMG SA (RECORRENTE)	
	MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (ADVOGADO) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO)
AUREA MARIA DOS SANTOS (RECORRIDO)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7208423	11/02/2019 13:07	Certidão	Certidão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Número do processo: 0700629-04.2018.8.07.0010
Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)
Assunto: [Antecipação de Tutela / Tutela Específica]
RECORRENTE: BANCO BMG SA
RECORRIDO: AUREA MARIA DOS SANTOS

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

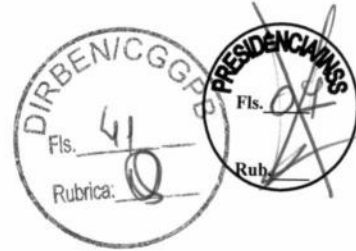
Certifico que, à 00:00:00 de **11 de fevereiro de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2019.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 14/02/2019

Ref.: Ofício nº 65, de 11 de fevereiro de 2019 (SIPPS nº 479.845.325)

Int.: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal - TJDF

Ass.: Art. 52 da IN/PRES/INSS Nº 28/2008
Processo nº 0700629-04.2018.8.07.0010
Recorrente: Banco BMG SA
Recorrido: Áurea Maria dos Santos

1. Ciente.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios, para conhecimento do Acórdão prolatado nos autos e adoção das providências necessárias.


ANTONIO DE JESUS DA ROCHA FREITAS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Presidência



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35014.259235/2020-93.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5469357** e o código CRC **3E0970D9**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.259235/2020-93

SEI nº 5469357